

ICARAÍ AUTO TRANSPORTES S.A.

CNPJ 28.547.537/0001-95

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Mutação do Patrimônio Líquido, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. A Administração permanece à inteira disposição dos senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que desejarem ou se tornarem necessários.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em reais (centavos omitidos)					Demonstração do fluxo de caixa Exercício findo em 31 de dezembro Em reais (centavos omitidos)		
ATIVO	2025	2024	PASSIVO	2025	2024	2025	2024
Circulante	1.525.066	1.766.739	Circulante	6.979.343	8.153.467		
Caixa e equivalente de caixa	840.705	771.940	Fornecedores	224.303	566.180	Fluxos de caixa de atividades operacionais	
Contas a receber	308.420	83.029	Empréstimos e financiamentos	2.857.850	3.351.031	Prejuízo líquido do exercício	(11.809.392) (5.470.031)
Impostos a recuperar	46.253	–	Obrigações fiscais e trabalhistas	3.897.191	3.459.574	Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa	
Adiantamentos	196.317	878.665	Parcelamentos	–	776.682	Ajuste de períodos anteriores	(6.020.517) –
Outros créditos	133.371	33.105	Não Circulante	25.495.520	15.185.356	Depreciação e amortização	2.970.460 2.970.460
Não Circulante	36.949.016	45.401.211	Partes relacionadas	18.526.424	14.793.879		(14.859.449) (2.499.571)
Partes relacionadas	32.425.510	37.907.246	Parcelamento	6.969.096	391.476		(225.391) 751.609
Imobilizado	4.523.506	7.493.966	Patrimônio Líquido	5.999.218	23.829.127		(46.253) –
Total	38.474.081	47.167.950	Capital social	3.000.000	3.000.000		682.348 (878.665)
			Reservas de capital	26.109.671	26.109.671		(100.266) (33.105)
			Prejuízos acumulados	(23.110.453)	(5.280.544)		
			Total	38.474.082	47.167.950		
Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro Em reais (centavos omitidos)			Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais (centavos omitidos)				
	2025	2024		Capital Social	Reservas de Capital	Lucros Acumulados	Total
Receita bruta	35.124.489	35.849.074	Em 31/12/2023	3.000.000	26.109.671	189.486	29.299.158
(-) Deduções	(973.453)	(785.520)	Prejuízo líquido do exercício	–	–	(5.470.031)	(5.470.031)
Receita líquida	34.151.037	35.063.554	Em 31/12/2024	3.000.000	26.109.671	(5.280.544)	23.829.127
(-) Custo	(40.734.140)	(40.229.986)	Ajuste de exercícios anteriores	–	–	(6.020.517)	(6.020.517)
Lucro bruto	(6.583.103)	(5.166.432)	Prejuízo líquido do exercício	–	–	(11.809.392)	(11.809.392)
Despesas gerais e administrativas	(2.783.394)	(2.863.115)	Em 31/12/2025	3.000.000	26.109.671	(23.110.453)	5.999.218
Despesas fiscais e tributárias	(1.011.199)	–					
Outras receitas e despesas	(663.818)	2.960.497					
Prejuízo operacional	(11.041.515)	(5.069.050)					
Resultado financeiro líquido	(767.877)	(400.981)					
Prejuízo líquido do exercício	(11.809.392)	(5.470.031)					

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - Em reais (centavos omitidos).

1. Informações gerais: Com sede social e foro na cidade de São Gonçalo, Rio de Janeiro, situada na Rua Francisco Neto, nº 136, Raul Veiga, a Companhia dedica-se à exploração dos serviços de transporte de passageiros. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 15 de junho de 2026.

Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

1.1. Base de preparação: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir ativos financeiros, entre outros, mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.

1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

1.3. Apuração do resultado: O resultado é apurado segundo o regime de competência entre exercícios.

1.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

1.5. Ativos financeiros: (a) Classificação: A Empresa classifica seus ativos financeiros, no seu reconhecimento inicial, sob as categorias ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Recebíveis são os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber” e “Outros créditos.” Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ativos financeiros classificados como títulos disponíveis para negociação referem-se a aplicações financeiras.

(b) Reconhecimento e mensuração: Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos mensurados ao custo amortizado são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são apresentados na demonstração do resultado (receitas financeiras) no exercício em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(c) Impairment de ativos financeiros: A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

1.6. Contas a pagar: As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

1.7. Provisões: As provisões são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

1.8. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços no curso normal das atividades da empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

(ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da empresa.

1.9. Imposto de renda e contribuição social: Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgado, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Em 2025, a Empresa apurou imposto de renda e contribuição social, sendo seu regime de apuração fiscal optado para o exercício o lucro real.

2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Considerando a natureza e a complexidade das operações da Empresa, na opinião da administração, as estimativas contábeis e julgamentos feitos no curso da preparação dessas demonstrações contábeis não são difíceis, subjetivas o complexas em um grau que requerem sua descrição como críticas.

3. Novos pronunciamentos Técnicos, Revisões e Interpretações: Foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a revisão das normas abaixo, já vigentes no exercício de 2025, sem efeitos nas demonstrações contábeis da companhia:

Pronunciamento	Alteração/ Aprimoramento
CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Inclusão de transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis de uma entidade no Brasil e como converter as demonstrações contábeis de entidade no exterior para a moeda de apresentação das demonstrações contábeis no Brasil.
CPC 18(R3) – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto	Alinhamento do texto com o da IAS 28, em especial no que se refere à aplicação do método da equivalência patrimonial (MÉP) em determinadas situações – particularmente.
ICPC 09 (R3) – Demonstrações individuais, separadas e Aplicação do MEP	A interpretação técnica ICPC 09 (R3) foi revisada para fazer frente às mudanças feitas no CPC 18 (R3). Com a retirada dos comandos sobre mensuração de controladas nas demonstrações separadas, a ICPC 09 (R3) ajusta redação e referências, consolidando nesses casos o tratamento contábil do método da equivalência patrimonial (MEP).

O IASB analisa a emissão de novos pronunciamentos e revisão de alguns existentes, que entraram em vigência em janeiro de 2025, com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC. A medida que os normativos forem regulamentados, a administração da empresa avaliará o impacto que tais pronunciamentos possam ter em suas demonstrações contábeis:

Pronunciamento	Alteração	Vigência
IAS 1 - Presentation of Financial Statements – IFRS 18	Altera a estrutura da demonstração do Resultado do Exercício. Novas categorias na demonstração do fluxo de caixa. Mudanças nas notas explicativas.	a partir de 1º de janeiro de 2027
IFRS Practice Statement – Management Commentary (voluntário)	A revisão do practice statement amplia e moderniza a orientação sobre as informações narrativas que acompanham as demonstrações financeiras, com foco em materialidade e contexto estratégico, inclusive riscos, modelo de negócios e desempenho.	Emissão 23/06/2025
IAS 21 - The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates	Moeda não passível de conversão.	a partir de 1º de janeiro de 2025

4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

	2025	2024
Numerário Em Caixa	98.700	84.993
Bancos Conta Movimento	742.005	686.947
	840.705	771.940

5. Contas a receber:

	2025	2024
Vale Transporte	141.062	80.865
Bilhete Único	167.357	2.164
	308.420	83.029

6. Partes relacionadas:

	2025	2024
Ativas		
Maria Jose	485.180	485.180
Domenico Emmanuele	3.698.538	3.698.538
Andrea	2.773.904	2.773.904
Rosa	2.773.904	2.773.904
Jorge Antonio Lorusso Cury	389.261	389.261
LRS Participações Investimentos S/A.	9.342.264	9.342.264
Regata Imob Empreendimentos S/A.	4.019.271	3.999.451
Auto Viação Abc S/A	7.118.299	8.899.100
Viação Mauá S/A	–	3.519.543
Consortorio São Gonçalo De Transportes	1.824.891	2.026.101
	32.425.510	37.907.246

	2025	2024
Passivas		
Consórcio São Gonçalo de Transportes	–	17.158,75
Regata Aluguel	14.851.703	11.947.533
Viação Mauá S/A	760.868	–
Auto Ônibus Alcantara S/A	2.913.854	2.829.187,72
	18.526.424	14.793.879
	13.899.086	23.113.366

Resultado líquido

7. Imobilizado:

	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2025	33.432.840	33.432.840
Adição	–	–
Exclusão	–	–
Saldo em 31/12/2025	33.432.840	33.432.840
Saldo em 01/01/2025	(25.938.874)	(25.938.874)
Depreciação	(2.970.460)	(2.970.460)
Exclusão	–	–
Saldo em 31/12/2025	(28.909.334)	(28.909.334)
Imobilizado em 01/01/2025	7.493.966	7.493.966
Imobilizado em 31/12/2025	4.523.506	4.523.506

8. Fornecedores: As obrigações com fornecedores decorrem, substancialmente, da aquisição de insumos e serviços vinculados à atividade operacional da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo consolidado de contas a pagar totalizava R\$ 224.303 (2024: R\$ 566.180).

9. Empréstimos e financiamentos:

	2025	2024
Bradesco	–	802.083
Fetranspor	2.915.739	2.606.837
Taxa administrativa	(57.890)	(57.890)
	2.857.850	3.351.031

10. Parcelamentos

	2025	2024
Curto prazo		
Principal - parcelamentos diversos	–	776.682
	–	776.682
Longo prazo	2025	2024
Principal - parcelamentos diversos	9.164.075	391.476
Encargos	(2.194.979)	–
	6.969.096	391.476

11. Capital social e reservas: (a) Capital social: O capital social totalmente subscrito é de R\$ 3.000.000, dividido em 146.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025.

12. Receita bruta:

	2025	2024
Linhas intermunicipais	34.230.999	34.143.468
Gratuidade do município	893.490	1.705.606
	35.124.489	35.849.074

13. Deduções:

	2025	2024
ISS	(250.258)	(257.165)
INSS desoneração	(562.331)	(445.098)
ICMS	(156.346)	(81.417)
COFINS	(3.811)	(1.537)
PIS	(707)	(304)
	(973.453)	(785.520)

14. Custo:

	2025	2024
Pessoal	(20.734.225)	(19.539.848)
Material	(1.640.244)	(2.554.862)
Serviços de terceiros	(47.366)	(81.056)
Depreciação	(2.970.460)	(2.970.460)
Pneus	(588.921)	–
Combustíveis e lubrificantes	(10.666.703)	(11.657.051)
Despesas fiscais	(668.149)	(472.652)
Aluguéis	(2.930.102)	(2.904.170)
Custos com Consortorio São Gonçalo	(344.031)	–
Custos diversos	(143.940)	(49.888)
	(40.734.140)	(40.229.987)

15. Despesas administrativas

	2025	2024
Pessoal	(1.094.462)	(1.145.632)
Aluguel de arrendamento	(287.228)	(241.595)
Material	(66.541)	(90.918)
Serviços de terceiros	(1.035.722)	(1.384.969)
Despesas diversas	(299.440)	–
	(2.783.394)	(2.863.115)

16. Resultado financeiro

	2025	2024
Receita		
Descontos obtidos	45.772	7.134
Rendas de aplic. financeiras	8.861	300
Outras receitas financeiras	408	–
	55.041	7.434
Despesas	2025	2024
Juros	(489.136)	(139.783)
Despesas bancárias	(60.471)	(61.349)
Variação	(273.312)	(207.284)
	(822.919)	(408.416)

	2025	2024
Resultado financeiro líquido	(767.877)	(400.981)

DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO - DIRETOR
JORGE LUIZ CALAZA ROCHA - CONTADOR - CRC - RJ nº 62.580/0-1